

O Primeiro Desafio

As primeiras reações dos governadores e prefeitos à renegociação de suas dívidas junto à União não devem ser motivo de desânimo em relação às possibilidades do Plano de Ação Imediata do ministro Fernando Henrique Cardoso. Fazem parte da grande negociação política a que recorre a história quando precisa.

Devedores contestam as dívidas quando chamados a liquidá-las. É natural, portanto, a alegação dos governadores dos maiores estados de que também são credores do governo federal, pelo atraso na liberação de créditos dos bancos federais para integralizar aportes em cruzeiros de projetos de infra-estrutura com financiamentos internacionais.

Essas alegações não podem impedir o governo federal de se reunir com os governadores e prefeitos para o acerto de contas. Mesmo porque muitos investimentos em infra-estrutura não podem parar. Por serem úteis à coletividade ou por estarem em fase de conclusão, como a Linha Vermelha. Interrompê-los seria economia capenga.

O contribuinte entenderia como um sinal de respeito aos impostos que recolhe à União, ao estado e ao município a disposição dos três para pôr ordem nas finanças públicas e na desordem administrativa, que alimenta a inflação e desorganiza o orçamento doméstico, quando não lhe tira o emprego mediante recessão.

Vencido esse primeiro obstáculo, o governo federal estará desafiado a “pôr ordem na própria casa”, enquadrando na austeridade as empresas estatais sob seu controle. Até o momento, a maioria das estatais não enviou à Secretaria de Administração Federal as respectivas folhas salariais, com a separação entre o que é salário propriamente dito e o que é benefício ou gratificação.

O pedido foi feito na gestão Luiza Erundina e a recusa indica o grau da resistência corporativa que o ministro Fernando Henrique Cardoso vai enfrentar para modernizar o Estado brasileiro e tocar a privatização. Dominadas pelo sindicalismo retardatário, as corporações estatais estão organizadas para a conquista e a preservação de vantagens, obtidas graças à estabilidade de emprego.

Boa parte da dívida interna que o Banco Central gira diariamente a juros reais altíssimos no mercado está ligada às estatais. Nos últimos 10 anos, o Tesouro teve de entrar com US\$ 21 bilhões apenas nas empresas do grupo Siderbrás. O Tesouro precisou emitir títulos para financiar investimentos e cobrir rombos das estatais.

É preocupante que as estatais não tenham enviado à SAF a radiografia da situação salarial de seus empregados. Há muito se sabe que o corporativismo conseguiu forçar a direção das empresas oficiais a distribuir entre os empregados — sob a forma de benefícios no contracheque — os lucros que a empresa poderia reinvestir (deixando de recorrer ao Tesouro) ou entregar ao acionista controlador, o Tesouro Nacional, para aplicações na área social ou em investimentos para modernizar a infra-estrutura do país.

O presidente Itamar Franco não esconde sua indignação e lembra, a propósito, que “as empresas estatais não podem pertencer a meia dúzia, mas ao povo”. Se tiver sucesso nessas duas frentes, Fernando Henrique Cardoso terá reunido condições para derrubar a inflação que se esconde atrás da baixa concorrência da economia e da ineficiência também existente no setor privado. Se conseguir, o Brasil muda para sempre.